



ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA

**DECRETO Nº 657,  
DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**SÚMULA:** Institui e regulamenta, em ato único, o Programa BORA ESTUDAR – “BOLSA ROLÂNDIA ALUNO”, destinado ao fornecimento de uniforme escolar padronizado aos estudantes da rede pública municipal de ensino de Rolândia/PR, e revoga os Decretos nº 276/2023, nº 407/2023, nº 478/2024 e nº 479/2024.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei,

**CONSIDERANDO** a incumbência municipal de assegurar o desenvolvimento da educação pública nas Escolas Municipais e CMEIs;

**CONSIDERANDO** a necessidade de promover equidade e condições adequadas de permanência e participação escolar;

**CONSIDERANDO** a conveniência administrativa de permitir que o responsável legal realize a escolha do tamanho/modelo do uniforme, com prova e adequação ao estudante;

**DECRETA:**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito da rede pública municipal de ensino de Rolândia/PR, o Programa BORA ESTUDAR – “BOLSA ROLÂNDIA ALUNO”, como política de apoio à garantia do direito à educação, mediante fornecimento de uniforme escolar padronizado aos estudantes regularmente matriculados.

**Art. 2º** O Programa destina-se a todos os alunos regularmente matriculados na rede pública municipal de ensino, mediante confirmação por consulta ao Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE – ou outro sistema oficial que venha a substituí-lo/adotá-lo para cadastro.



## MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA

**Art. 3º** O fornecimento do uniforme escolar será operacionalizado por autorização nominativa e intransferível (voucher), emitida em favor do aluno, exclusivamente para retirada/aquisição do conjunto de uniforme escolar padronizado, junto a estabelecimentos previamente credenciados pelo Município, vedada sua utilização para qualquer outra finalidade.

**§ 1º** O voucher poderá ser disponibilizado ao responsável legal por meio de:

I – voucher impresso, emitido e controlado pelo Município; ou

II – Cartão eletrônico (cartão-voucher), operado por empresa contratada para administração/gerenciamento do sistema.

**§ 2º** O voucher não se confunde com repasse financeiro a pessoa física, constituindo instrumento de controle do fornecimento do uniforme; a liquidação financeira, quando existente, ocorrerá exclusivamente entre o Município e os fornecedores/operadora, na forma deste Decreto e dos instrumentos administrativos aplicáveis.

### **CAPÍTULO II CONCESSÃO, PRAZOS E UTILIZAÇÃO**

**Art. 4º** O voucher será disponibilizado uma vez ao ano por aluno, com orientações de uso, relação de estabelecimentos credenciados e lista dos itens do conjunto de uniforme.

**§ 1º** O voucher será disponibilizado aos alunos regularmente matriculados/rematriculados até o último dia do mês de julho do ano de concessão.

**§ 2º** O mesmo responsável legal que detenha mais de um aluno regularmente matriculado receberá um voucher por aluno.

**§ 3º** Matrículas realizadas após o prazo do § 1º não receberão o voucher no ano corrente, ficando habilitadas a recebê-lo no exercício seguinte, se atendidos os requisitos do Programa.

**§ 4º** É vedada a concessão de novo voucher no mesmo exercício ao aluno que já tenha sido contemplado, ainda que haja transferência entre unidades escolares municipais.

**Art. 5º** O voucher será disponibilizado exclusivamente ao responsável legal constante do cadastro oficial, mediante identificação, e sua entrega será registrada pela unidade escolar.

**§ 1º** Para retirada do voucher, o responsável legal deverá apresentar documento oficial com foto.

**§ 2º** Para utilização do voucher no estabelecimento credenciado, deverá ser apresentada identificação do responsável legal e documento do aluno (certidão de nascimento ou documento de identidade), sem prejuízo de outros controles previstos em edital/ato da Secretaria.

**Art. 6º** O voucher/carteira eletrônica funcionará exclusivamente para o fim do Programa, em parcela única, vedada a utilização parcial e a geração de saldo remanescente.



## MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA

**Art. 7º** O voucher terá prazo de validade de 60 (sessenta) dias contados da data de emissão, tornando-se indisponível após esse período.

**Parágrafo único.** A Secretaria Municipal de Educação poderá, por ato próprio, ajustar a janela operacional de emissão/utilização, desde que preservados os princípios da publicidade, eficiência e controle.

**Art. 8º** O benefício será cancelado nas seguintes hipóteses:

- I – Transferência do aluno para unidade escolar fora da rede pública municipal;
- II – Utilização em desacordo com as normas do Programa;
- III – expiração do prazo de validade.

**§ 1º** O cancelamento previsto nos incisos I e II ocorrerá mediante comunicação formal da unidade escolar à Secretaria Municipal de Educação, que providenciará os atos necessários junto ao operador do sistema, quando houver.

**§ 2º** O cancelamento por expiração de prazo ocorrerá automaticamente pelo sistema operacional, quando existente.

### CAPÍTULO III

#### VALORES, ITENS E PADRÕES DE QUALIDADE

**Art. 9º** As despesas do Programa correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário, e o valor de referência do voucher será fixado anualmente pelo Poder Executivo, com base em metodologia oficial de composição de preços e instrumentos próprios de planejamento e orçamento.

**Parágrafo único.** Para a execução do programa no ano de 2026 ficara estabelecido o valor do conjunto de uniforme no importe de R\$ 302,48.

**Art. 10.** O conjunto de uniforme escolar será definido pelo Município, observadas necessidades pedagógicas, climáticas e operacionais.

**§ 1º** A quantidade, modelos, cores, tecidos, padronizações visuais e especificações técnicas constarão do Termo de Referência/edital aplicável.

**§ 2º** É vedada a substituição dos itens definidos pelo Município por produtos diversos.

**Art. 11.** Os itens fornecidos deverão atender aos parâmetros de qualidade definidos pelo Município, admitida exigência de amostras e substituição de itens com vício/defeito/desconformidade, sem ônus ao Município ou ao beneficiário.

### CAPÍTULO IV

#### ESTABELECIMENTOS FORNECEDORES E MODELOS DE OPERACIONALIZAÇÃO



## MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA

**Art. 12.** O fornecimento do uniforme no âmbito do Programa ocorrerá exclusivamente em estabelecimentos sediados no Município de Rolândia e credenciados pelo Poder Executivo, com atividade econômica compatível.

**Art. 13.** São requisitos mínimos para o credenciamento do estabelecimento, sem prejuízo de outros definidos em edital:

- I – Estar instalado no Município de Rolândia;
- II – Comprovar regularidade fiscal, tributária e trabalhista, e atividade econômica compatível;
- III – possuir loja física com provadores adequados;
- IV – Possuir CNPJ e alvará de funcionamento regular;
- V – Emitir obrigatoriamente nota fiscal eletrônica;
- VI – Aceitar as rotinas de controle e fiscalização do Programa e cumprir as normas e prazos estabelecidos.

**Art. 14.** O credenciamento dos estabelecimentos fornecedores será realizado por chamamento público (credenciamento), em conformidade com a legislação aplicável e com edital próprio.

**Parágrafo Único** O edital poderá prever fluxo contínuo de inscrições durante o período de concessão do benefício, com decisão por comissão/designação administrativa específica, assegurados publicidade e isonomia.

**Art. 15.** A operacionalização do voucher observará, de modo não cumulativo, um dos seguintes modelos:

- I – Modelo A (Voucher impresso – controle municipal):
  - a) o Município emitirá, controlará e baixará o voucher por sistema próprio ou rotinas internas;
  - b) os estabelecimentos credenciados fornecerão os itens mediante validação do voucher e controles definidos pela Secretaria Municipal de Educação.
- II – Modelo B (Cartão-voucher – operação por empresa contratada):
  - a) o Município contratará, mediante procedimento licitatório (pregão eletrônico ou outra modalidade cabível), empresa especializada para administração/gerenciamento, emissão, sistema digital e suporte operacional;
  - b) o Município realizará o credenciamento dos estabelecimentos fornecedores;
  - c) a empresa contratada realizará o credenciamento técnico/habilitação sistêmica dos estabelecimentos previamente credenciados pelo Município, apenas para fins de integração/aceitação no sistema;
  - d) somente poderão operar no sistema os estabelecimentos simultaneamente credenciados pelo Município e habilitados no sistema da operadora;



## MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA

e) a operadora deverá disponibilizar sistema digital de controle, relatórios e trilhas de auditoria, e meios tecnológicos de leitura/aceitação do cartão, às suas expensas, conforme edital/contrato.

§ 1º A contratação da operadora (Modelo B) não se confunde com o credenciamento dos estabelecimentos fornecedores, que será sempre disciplinado por chamamento público próprio, nos termos deste Decreto.

§ 2º O modelo adotado em cada exercício deverá ser formalizado pela Secretaria Municipal de Educação em ato próprio, com ampla publicidade.

**Art. 16.** A nota fiscal eletrônica deverá ser emitida pelo estabelecimento fornecedor em favor do Município de Rolândia, com indicação, nos dados adicionais, da identificação do aluno beneficiário e do responsável legal, bem como do número do voucher/cartão, quando houver.

**Parágrafo único.** O edital poderá exigir upload/entrega periódica de notas fiscais e relatórios para conferência, controle e fiscalização.

**Art. 17.** O Poder Executivo dará ampla divulgação, em meio digital e nas unidades escolares, da relação de estabelecimentos credenciados e dos itens do conjunto de uniforme escolar.

### CAPÍTULO V

#### COMPETÊNCIAS, FISCALIZAÇÃO, INFRAÇÕES E TRANSPARÊNCIA

**Art. 18.** Compete aos gestores das unidades escolares: registrar a entrega do voucher/cartão; colher assinatura; manter registros; devolver vouchers/cartões não retirados; e comunicar irregularidades.

**Parágrafo único.** O descumprimento dessas atribuições sujeitará o responsável às medidas administrativas internas cabíveis, proporcionais à gravidade, mediante registro formal.

**Art. 19.** A fiscalização do Programa compete à Secretaria Municipal de Educação, sem prejuízo de controles internos e externos.

**Art. 20.** Constituem infrações, entre outras previstas em edital/contrato: desvio de finalidade; descumprimento das normas; fornecimento de itens diversos dos autorizados; e irregularidades na operacionalização.

**Art. 21.** Constatada infração, após apuração em regular processo administrativo, poderão ser aplicadas:

I – Ao estabelecimento fornecedor e/ou à operadora, as sanções administrativas previstas na legislação e no respectivo edital/contrato (advertência, multa, suspensão, impedimento de licitar e contratar, declaração de inidoneidade, além de ressarcimento ao erário, quando cabível);



## MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA

II – Ao beneficiário/responsável legal, o cancelamento do voucher e, se for o caso, a apuração de responsabilidade e eventual ressarcimento ao erário, quando comprovada conduta dolosa e observado o devido processo legal.

**Art. 22.** Para fins de transparência, o Poder Executivo divulgará, em portal oficial, informações consolidadas do Programa, incluindo quantitativos de alunos atendidos, valores executados e rede credenciada, observado o tratamento adequado de dados pessoais.

### CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 23.** O Poder Executivo poderá adotar medidas complementares necessárias para assegurar integridade, rastreabilidade, controle e adequada execução do Programa, mediante atos infralegais e instrumentos administrativos pertinentes.

**Art. 24.** Ficam revogados os Decretos nº 276/2023, nº 407/2023, nº 478/2024 e nº 479/2024, e demais disposições em contrário.

**Art. 25.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, AOS 23 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**AILTON APARECIDO MAISTRO**  
Prefeito Municipal

**LEISE MARCIA DE MORAES CAMARGO**  
Secretária Municipal de Educação



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 27B9-6271-74AE-B7AC

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



AILTON APARECIDO MAISTRO (CPF 152.XXX.XXX-00) em 23/12/2025 19:04:24 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



LEISE MÁRCIA DE MORAES CAMARGO (CPF 019.XXX.XXX-59) em 29/12/2025 08:33:28 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://rolandia.1doc.com.br/verificacao/27B9-6271-74AE-B7AC>